

+

A semana



SEXTA-FEIRA, 20 DE JULHO DE 2007 • ANO XVII • Nº 812 • SEMANÁRIO • PREÇO: 100\$00

Governo e Sindicatos assinam pacto de regime

Pág. 4



Mais despedimentos na TACV

Pág. 2

SOCIAL

PROCURADORIA DO SAL QUER Esvaziar as celas

Pág. 13

in CIFRÃO

FALTA DE ÁGUA COMPROMETE CONSTRUÇÃO CIVIL NA BOA VISTA

in LANCE

CARLOS ALHINHO NA ARÁBIA SAUDITA

in KRIOLIDADI

PALÁCIO DA CULTURA JÁ NÃO VAI SER POSTO DA ELECTRA

APRESENTAÇÃO ELECTRÓNICA DE FACTURAS / PAGAMENTO DE SERVIÇOS

Com a GARANTIA, já pode consultar e liquidar as suas facturas nas caixas ATM, a qualquer hora, em qualquer ponto da Rede **vinki4**



© Companhia de Seguros de Crédito e Garantia, S.A.

Contacte-nos!

+

TAAG aumenta frequência para Sal

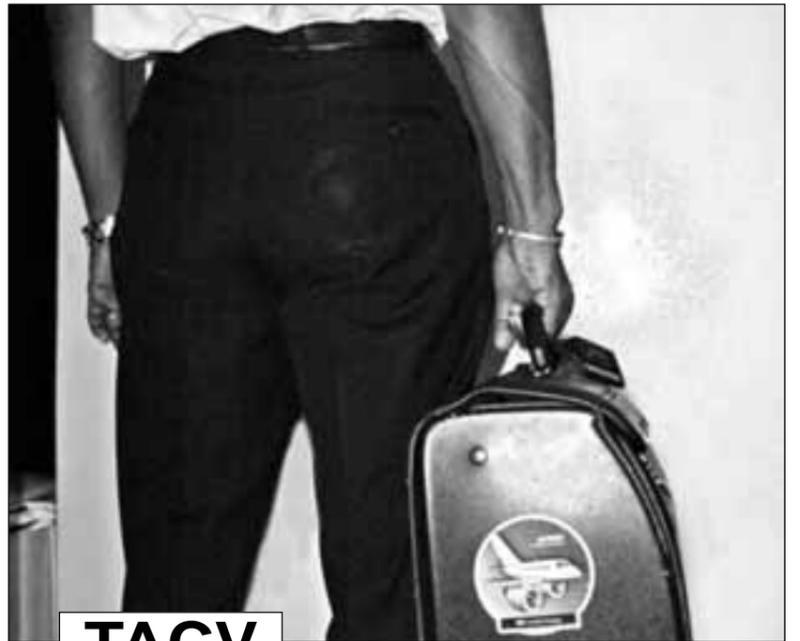
A TAAG, companhia aérea angolana, vai abrir no próximo dia 1 de Agosto mais um voo semanal para o Sal, vindo de Luanda e S. Tomé. O actual número de ligações (uma) está a mostrar-se insuficiente para as encomendas, soube **A Semana**, havendo inclusive solicitações, até da Inglaterra, via Sal. Só ontem a aeronave da TAAG trouxe com ela cerca de 120 passageiros e a preocupação principal, ao meio da manhã, era garantir o seu transbordo para Praia e Mindelo nos voos da TACV.

Entretanto, confirma-se para a próxima semana a vinda de uma missão da TAAG a Cabo Verde, para tratar com a TACV aspectos ligados à cooperação entre as duas empresas. De acordo com a fonte deste jornal, independentemente da forma como decorreu a operação *"União Europeia"*, as duas companhias têm vários assuntos a tratar e que visam estreitar as suas relações. Uma outra fonte, também angolana, refere, inclusive, que nisto a TAAG é *"extremamente grata"* à TACV por ter procurado ajudá-la na sua hora de aflição, como a verificada nos primeiros momentos da proibição à transportadora angolana de viajar para a Europa.

Tirando isso, um dos informadores de **A Semana** salienta que o memorando de entendimento assinado no passado dia 1 entre as duas empresas, nomeadamente o seu ponto nº 3, *"contém muitos mais aspectos além do mero transporte de passageiros"*. *"Há vários outros aspectos, incisivos, que podem ser desenvolvidos com benefícios para ambos os lados, como é de norma em todo o negócio"*, assegura.

Anunciada em primeira-mão por este jornal na edição anterior, a viagem da delegação angolana a Cabo Verde deveria acontecer esta semana, mas foi adiada *"por imperativos de agenda"*. E se houve ou não mais voos de Luanda ou de Lisboa estes dias, a nossa fonte revelou que esteve previsto um para terça-feira, mas acabou por ficar nas intenções. *"Os voos normais, nomeadamente de S. Tomé ou de Fortaleza, esses, sim, aconteceram sem problemas"*, destaca.

Dez trabalhadores de um grupo de 80 foram notificados esta semana pela administração da TACV em como serão dispensados no término dos seus contratos a prazo. Mas, independentemente das medidas em curso para a reestruturação da companhia, Gilles Filiatreault quer mandar para casa os comissários de bordo que se recusaram a voar no dia 10, o que acabou por comprometer o negócio com a TAAG. O processo disciplinar já corre livre e solto.



TACV

Gilles anuncia novos despedimentos

O director-geral da TACV, Gilles Filiatreault, sacou esta semana de mais algumas medidas com vista ao saneamento financeiro da companhia. E, mais uma vez, as reclamações não faltaram. De acordo com uma fonte da empresa, um grupo de mais de 70 trabalhadores, com contratos a prazo, receberam a nota de que serão dispensados no término dos respectivos contratos. Do grupo, 10 deverão ir de imediato para casa.

Para além disso, a administração da empresa anunciou, por ordem de serviço, que vão ser extintos mais alguns postos de trabalho. Lá onde for possível, apurou **A Semana**, os afectados serão transferidos para outros sectores da empresa com carência de pessoal, mas *"caso recusem, serão dispensados com uma indemnização calculada com base num mês de salário por cada ano de serviço"*.

Uma outra medida, que está a gerar reacções negativas é a intenção de instituir na TACV turnos de oito horas de trabalho, em vez das actuais seis. No Sal, os trabalhadores e os respectivos sindicatos prometeram manifestar-se hoje. De acordo com o sindicalista Júlio Rendall, aquele colectivo não descarta a possibilidade de recorrer à greve caso a direcção da empresa não recue na sua intenção de mexer nos turnos.

Comissários na mira de Gilles

Entretanto, numa outra frente, ao mesmo tempo que procura negociar com as diversas categorias existentes na TACV, conforme o anunciado por este jornal na edição anterior, Gilles Filiatreault quer acertar as contas com um grupo de seis comissários de bordo que, no passado dia 10, se recusaram a voar para Lisboa num voo fretado pela TAAG. A recusa acabou, recorde-se, por ditar um importante prejuízo para a TACV, que teve de alojar mais de 130 passageiros vindos de Luanda em hotéis, tanto no Sal como em Lisboa.

E mais, apesar de oficialmente a TAAG *"manter"* com a TACV o acordo na operação

de transbordo dos passageiros vindos de Luanda com destino a Lisboa (e vice-versa), o incidente acabou por levar, na prática, a companhia angolana a procurar outras alternativas fora de Cabo Verde. E, assim, o que era tido como um importante balão de oxigénio (financeiro) para a TACV viu-se reduzido a uma mera possibilidade de negócios. Isto é, só em casos de extrema necessidade, a TAAG irá recorrer à TACV e ao Sal para as suas operações na ponte Luanda-Lisboa para contornar o embargo da UE.

Face a isso, soube **A Semana**, o desejo de Gilles Filiatreault foi despedir sumariamente os seis comissários de bordo, grupo constituído por cinco mulheres e um homem, alguns com vários anos de casa. Serenada a ira do *"bwana"* canadiano, e suspensos os referidos funcionários, decidiu-se avançar com um inquérito, já em fase de processo disciplinar, para apurar as responsabilidades e definir as penas – se for caso disso – de cada um.

Ao que este semanário conseguiu saber, a atitude do grupo ficou a dever-se ao facto de, na altura do voo, ter tomado conhecimento que a direcção da TACV dera melhores condições aos pilotos, para operarem nas horas de folga do voo da TAAG. Isto depois de terem feito três dos quatro voos negociados e programados entre as partes, e que, no caso dos pilotos, significava não só subsídios, como também o aumento salarial de 3,5%, que há muito vinham exigindo. Sentindo-se enganados, e por alegadas instruções da presidente da sua associação, Joaquina Almeida, os referidos comissários recusaram-se a voar.

A atitude de não voar por parte do referido pessoal de cabine é algo que é condenado por outros colegas seus, que salientam o facto de a profissão estar adstrita a regulamentos da aviação civil internacional e que mandam que, uma vez accionada a operação de um voo, por nada deste mundo, a mesma deve ser interrompida, submetendo-se os comissários unicamente às ordens do comandante da aeronave. No caso em apreço, os comissários

estavam no Sal quando tomaram conhecimento de que a direcção da empresa havia alegadamente negociado com os pilotos com vantagens para estes, e ali, depois de saírem da base, Praia, decidiram (portanto, a meio do percurso), exigir as mesmas condições. Nem a insistência do comandante do voo demoveu o grupo da decisão de não voar enquanto as suas reivindicações não fossem satisfeitas.

Para um observador afecto à aviação, a atitude dos comissários é, a todos os títulos, grave, daí ser acertado o inquérito ordenado pela direcção da TACV, e que se não o fizesse toda a noção de comando na companhia iria água abaixo, por efeito de arrasto. *"Não se tratou só de um acto de indisciplina do pessoal de cabine, mas também de incoerência de toda uma classe. Esse grupo recusou-se a voar, mas, no dia seguinte, colegas seus voaram, nas mesmas condições, sem problemas"*, salienta.

Para o mesmo observador, na aviação as coisas são feitas por etapas, com bom senso. *"Numa companhia aérea, ainda por cima com problemas, dificilmente se consegue resolver tudo ao mesmo tempo. Os problemas são resolvidos e, no fim, todos vêem que são filhos do mesmo pai. Portanto, o pessoal de cabine que se recusou a voar foi mal orientado e aconselhado"*.

Entretanto, ainda relacionado com o incidente do dia 10, um abaixo-assinado subscrito por 42 dos tripulantes de cabine da TACV, num universo de cerca de 80, insurge-se contra as negociações em curso entre a empresa e a associação do pessoal de cabine. Avisam os subscritores que não vão acatar qualquer acordo subscrito pela presidente Joaquina Almeida, por esta ter o seu mandato expirado há dois anos – há um ano se aguarda por novas eleições – , não tendo por isso as suas decisões *"qualquer vínculo legal"*. Assim, enquanto a situação não for normalizada, o referido grupo decidiu eleger uma comissão para tratar dos seus interesses junto da companhia e não só.



GERMANO ALMEIDA

CARTA ABERTA ao Procurador-Geral da República

(Essa afirmação assim tão clara, induziria mais tarde o então presidente da Câmara do Sal ao erro de conclusão de que, *“Portanto, as Salinas de Pedra de Lume não foram vendidas pela Câmara nem, de alguma forma, cedidas a quem quer que seja, sequer para exploração”*, conforme viria a escrever no jornal, mas que os factos recentes dramaticamente estão a desmentir.

É verdade que o Protocolo não contempla o *“parque naturalista”*. Porém, tudo leva a crer que se tratou de um acto de pura má fé, dado que existe um outro documento, apresentado nesse dossier como anexo III, que explicitamente contempla o parque naturalista, e que terá passado despercebido, ainda que, tal como os demais anexos I e II, seja expressamente referido como fazendo parte integrante do Protocolo.

Ora nesse Anexo III estão expressamente referidos 10 projectos do investidor para a zona de Pedra de Lume, sendo o segundo da lista precisamente na *“ÁREA DA CRATERA: Sistematização do acesso, segurança, controlo dos fluxos, parking e intervenções no sentido da sua protecção. Reactivação da exploração salineira em moldes recomendados. Início: Já em curso. Conclusão: Em dependência da aprovação dos projectos e licenciamento das obras”*, sic.

Porém, da boa ou má fé dessa forma de proceder, avaliará V.Excía. A mim o que me interessa dizer é que esses terrenos, particularmente as salinas de Pedra de Lume, jamais pertenceram em propriedade perfeita quer à Salins du Cap Vert, quer à Companhia de Fomento, quer a qualquer outra pessoa ou entidade. A história da ilha mostra que por volta de 1830 o célebre empresário Manuel António Martins, decidiu, por conta própria, isto é, sem autorização do Governo, explorar o sal da cratera de Pedra de Lume, e para isso mandou escavar o túnel que ainda hoje existe. Porém, não satisfeito com a qualidade do sal, mas também por desentendimentos com o então governador, acabou mudando a sua actividade para os terrenos próximos do que é hoje a vila de Santa Maria, tendo posteriormente obtido do Governo uma concessão de 3 léguas para exploração. As salinas de Pedra de Lume viriam em Abril de 1846 a ser entregues pelo Estado a Aniceto António Ferreira Martins, filho de Manuel António Martins em regime de aforamento. Isso em resumo, quem quiser saber mais, leia o III volume de *“Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné”* de Sena Barcelos, e os documentos publicados no Boletim Oficial

de 1844/46, para além de estar no processo nº 12/01 um documento da Salins du Cap Vert onde ela diz expressamente não ter a propriedade de muitos dos terrenos da zona de Pedra de Lume, particularmente das salinas.

A Salins tinha comprado benfeitorias (a exploração) e depois vendeu benfeitorias, nunca a propriedade. E essa evidência ressalta do facto de ninguém se meter na incerta aventura de uma justificação notarial para provar um direito que já possui.

No entanto, já ouvi um membro deste Governo declarar que sim, as salinas de Pedra de Lume pertencem ao grupo Stefanina. E ver o primeiro-ministro a lançar a primeira pedra num empreendimento em local de propriedade até à data controvertida, pode levar a pensar que afinal o Governo abriu mão ao direito de propriedade do Estado de Cabo Verde a favor de um privado.

Terá havido uma doação? Ainda há dias o Governo doou, em cerimónia pública, o edifício do Liceu Velho à UNICV. Nós presentes ouvimos ler o decreto de doação e no fim concordámos e batemos palmas como é da praxe. Porém, com as salinas de Pedra de Lume nada constou. O que consta é que sobre ela se vai erguer a Fundação Stefanina, não se sabe por obra de que magia. Terá havido uma doação secreta? E teria poderes o Governo para assim proceder?

Vou repetir aqui o que escrevi há 3 anos: *“Sendo verdade que não é pelo facto de constar do Protocolo em causa que as salinas de Pedra de Lume mudam ou não de proprietário, pessoalmente sou de opinião de que o Procurador-Geral da República, na qualidade de fiscal da lei e defensor dos interesses do Estado, devia chamar a si esse famoso processo nº 12/01 para exame atento. É que esse protocolo-sentença contém muitas coisas estranhas. Cito apenas uma delas, como exemplo: “As partes partem do princípio de que a nua propriedade dos terrenos pertence ao Município e o domínio útil sobre os mesmos ao investidor”. E “nesse pressuposto, o Município aceita transferir de imediato para o investidor a propriedade dos terrenos delimitados no anexo I”*.

Ora ambas as partes têm obrigação de saber que estão a partir de um princípio falso. Isso, quanto mais não seja, porque o Decreto Regulamentar nº 7/94 declara toda a zona de Pedra de Lume como Zona de Desenvolvimento Integral, e o art 29º do Decreto Legislativo nº 2/93 proíbe e considera nula e de nenhum efeito a concessão

de licenças e autorizações municipais de obras nos terrenos nessas zonas, bem como qualquer operação municipal de loteamento ou cedência, a qualquer título, de terrenos nas mesmas zonas.

Ora diante disso, fica no mínimo estranho tal protocolo e também os seus anexos II e III, o primeiro identificando os projectos municipais que o investidor se compromete a realizar, o segundo os seus próprios projectos para a zona. Sobretudo quando se lê no item VI a) do Protocolo que o Município garante ao investidor que num prazo máximo de 60 dias após termo de transacção no processo judicial lhe será comunicada a aprovação do Plano de Ordenamento Turístico pelo Governo”.

Senhor Procurador-Geral: Eu estou de acordo com a generalidade dos nossos políticos quando afirmam aos quatro ventos que temos a responsabilidade perante a juventude caboverdiana de lhes guardar um país, razão por que é importante não nos limitarmos a políticas de curto prazo; também nos disseram que temos que nos acautelar contra aqueles para quem a pátria é palavra vã, e que era necessário surpreender, resgatar de novo o espírito da independência, que era a experiência mais maravilhosa do homem caboverdiano. Eu ouvi isso tudo numa das últimas comemorações da independência, creio que o 30º aniversário, quando até se falou na necessidade de erguer alto o orgulho de ser caboverdiano.

Ainda que tenha aprendido com Voltaire que é perigoso estar-se certo quando o Governo está errado, afirmo abertamente que em cada dia que passa estamos hipotecando um pouco mais, quer o nosso país quer o nosso orgulho. Enquanto fiscal da legalidade e defensor dos interesses do Estado, V.Excía parece ser o único sal que resta para esta panela. Por isso acho do meu dever de cidadão exortá-lo para a necessidade de chamar a si o dossier *“salinas de Pedra de Lume”* e investigar-lo sem ideias pré-concebidas, a pobreza de Cabo Verde não deve justificar andarmos de gatas diante dos ricos deste mundo, afinal das contas somos um povo do antecedente habituado ao mau passado.

Claro que V.Excía cumprirá o seu dever da forma que achar melhor, e cada um assumirá as suas responsabilidades perante a história. Mas certamente que as gerações vindouras lhe agradeceriam um bom serviço prestado a Cabo Verde.

Com os meus cumprimentos, e por amor à terra,

Exmo Senhor

PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA:

Numa crónica publicada neste jornal vão talvez uns 3 anos, permiti-me deixar a V.Excía, enquanto fiscal da legalidade e defensor dos interesses do Estado, a sugestão de dar uma vista d’olhos à acção ordinária nº 12/01, já transitada em julgado no Tribunal da ilha do Sal, pois que não só me parecia que o Protocolo que tinha posto fim ao processo “Câmara Municipal do Sal-Turinvest” está eivado de ilegalidades, como também que substanciais interesses nacionais estavam a ser postergados em nome de imediatismos que confirmam o velho aforismo de que *“os estadistas pensam nas próximas gerações, os políticos pensam na próxima eleição”*.

No geral, esse processo resume-se à forma simples como vou recordá-lo a V.Excía: a Turinvest intentou uma justificação notarial a pretender comprovar a propriedade da cratera-salina de Pedra de Lume (como sabe V.Excía melhor que eu, só usa esse expediente quem não detém título legítimo de propriedade); a Câmara Municipal do Sal contestou essa pretensão através da acção nº 12/01 que, decorridos os trâmites das partes, ficou a dormir no tribunal; nas vésperas das últimas eleições autárquicas, mais propriamente, com data do dia 20 de Fevereiro de 2004, foi assinado um protocolo entre as partes com vista ao termo do conflito.

O pomo da discórdia processual eram as salinas, cuja propriedade era reivindicada tanto pela Câmara como pela Turinvest. Ora, fingindo uma das partes tratar-se esta “de uma questão complexa quanto à definição da existência ou não do direito”, acordaram no ponto 4 do protocolo que *“A área do parque naturalista das Salinas, identificada no Anexo I não é contemplada, para nenhum efeito, no presente Protocolo”*.



JÚLIO ASCENSÃO SILVA



SIDÓNIO MONTEIRO



JOSÉ MANUEL VAZ

Acordo histórico e estratégico

O Acordo da Concertação Estratégica (ACE) para a legislatura que termina em 2011 foi aprovado, por unanimidade, na reunião do Conselho da Concertação Social, que aconteceu durante todo o dia de quarta-feira, na Praia. As duas centrais sindicais qualificam o acordo como o mais importante conseguido até agora entre os parceiros sociais, pois os sindicatos conseguiram introduzir elementos novos que o enriqueceram. O governo, através do ministro Sidónio Monteiro, diz, por seu turno, tratar-se de um acontecimento histórico, que prova o engajamento dos parceiros em torno dos desafios que Cabo Verde tem de enfrentar nos próximos tempos. O documento estabelece como meta principal atingir o crescimento económico de dois dígitos, reduzir a taxa de desemprego para níveis próximos de 10%, resolver os conflitos por via do diálogo e diminuir a pobreza em consonância com os Objectivos do Milénio.

O acordo de Concertação Estratégica foi aprovado, depois de mais de 15 horas de debate - começou às 9 horas do dia 18 e prolongou-se até por volta das 0H30 do dia seguinte. O governo, representado pelos ministros de Trabalho, Solidariedade e Família e das Finanças e Administração Pública, acabou por acolher algumas propostas, da UNTC-CS e da CCSL, que se consubstanciaram na retirada de partes do projecto inicial e na inclusão de elementos novos.

A CCSL, na voz do seu presidente, destaca que, depois da deliberação nº2/97,

de 4 de Dezembro do mesmo ano (Acordo de Médio Prazo sobre a Convertibilidade do Escudo Cabo-verdiano e Reajuste Salarial para os Trabalhadores), que revolucionou as relações de trabalho em Cabo Verde, o Acordo de Concertação Estratégica para a legislatura que termina em 2011 é o mais importante conseguido até agora a nível do Conselho da Concertação Social.

José Manuel Vaz acrescenta que a sua central tinha inicialmente algumas reservas sobre a proposta do governo, mas que depois de debatidas as questões, durante a sessão do CCS, acabou por subscrevê-la. É que, segundo esse sindicalista, o executivo aceitou não só retirar do documento inicial a mudança da legislação em vigor, prevista no âmbito da reforma da segurança social em curso no país, como também o novo cálculo de pensões para os reformados da Administração Pública. “O governo absorveu ainda as propostas da nossa central no sentido de se proibir o trabalho infantil, dar um tratamento adequado ao trabalhador imigrante e ao pessoal do sector informal”, alega.

Vaz salienta também o facto de o actual governo ter aceite, com base nas propostas das duas centrais sindicais, o princípio de se discutir e aprovar o reajuste salarial anual a nível da Concertação Social. Tudo por causa dos novos parâmetros que o ACE estabeleceu para o efeito, como sejam: a situação financeira de Cabo Verde, a taxa da inflação, o desemprego, a produtividade e a

competitividade económica.

Opinião idêntica tem o secretário-geral da UNTC-CS, que enfatiza os contributos desta para o enriquecimento do Acordo de Concertação Estratégica aprovado. Júlio Ascensão Silva cita, a título de exemplo, a inclusão da melhoria das actividades inspectivas, através do reforço da Direcção e Inspecção-Geral de Trabalho com mais recursos humanos e materiais, e a promoção da Negociação Colectiva de Trabalho.

Aquele sindicalista critica, no entanto, o facto de não se ter incluído a proposta de Salário Mínimo Nacional no ACE - formulada pela UNTC-CS -, face aos argumentos da ministra das Finanças, Cristina Duarte, de que o país não está em condições de o suportar. “Vamos continuar a debater esta matéria no quadro da elaboração do Novo Código Laboral. É que a nível da Comissão Técnica criada para o efeito há um consenso, entre os representantes dos patronatos e sindicatos, para a sua implementação”.

Exceptuando este reparo, Ascensão Silva considera que o acordo ora conseguido serve para demonstrar a responsabilidade e o engajamento dos parceiros sociais, particularmente os sindicatos, no actual processo de desenvolvimento de Cabo Verde. “O acordo representa um sinal e prova do avançado estado de maturação e consolidação do diálogo social que o nosso país já atingiu”, realça aquele sindicalista.

O governo, na voz do Ministro de Tra-

balho, Família e Solidariedade, caracteriza o acordo como “histórico e estratégico”. Sidónio Monteiro avança que o executivo absorveu, com naturalidade, as propostas para a melhoria do documento apresentadas pelos parceiros sociais, com destaque para as duas centrais sindicais. “O governo registou com muita satisfação o facto de a proposta do Acordo de Concertação Estratégica para a actual legislatura que termina em 2011 ter sido apreciada e aprovada por unanimidade pelos parceiros sociais. Isto prova que há um consenso nacional em torno dos desafios que Cabo Verde tem de enfrentar nos próximos tempos”.

Monteiro sublinha que, com este pacto social, ficaram sufragadas as políticas do governo para os vários sectores de actividade. “Tudo isto visa criar um clima de paz social e diálogo, o que permite levar a cabo o projecto da transformação de Cabo Verde actualmente em curso”, perspectiva o governante.

O Acordo da Concertação Estratégica é um documento de 20 páginas, que contempla as políticas e medidas de política (ver edição nº118, pág.2 de **A Semana**), com incidência particular na área do trabalho. Estabelece como meta principal resolver os conflitos por via do diálogo, atingir um crescimento económico de dois dígitos, baixar o desemprego para níveis próximos a 10% e diminuir a pobreza, em consonância com os Objectivos do Milénio estabelecidos pela ONU.

Alirio Dias de Pina

Luís Pires desiste de concorrer e pede suspensão do acto

O escrutínio para as primárias, que se previa acontecer neste domingo 22, para a escolha do candidato do PAICV às eleições autárquicas de 2008 em S.Filipe, está por um fio. É que a candidatura de Luís Pires decidiu, na sequência das alegadas irregularidades tornadas públicas, não participar no processo. Mais, em carta remetida no final desta semana ao Conselho Nacional de Jurisdição e Fiscalização, Pires pede a suspensão do acto. O líder local, Manuel da Luz, garante, no entanto, que tudo está a correr normalmente.

As eleições primárias do PAICV previstas para decorrerem entre as 8 e as 15 horas deste fim-de-semana nas 35 Mesas de Assembleias de voto espalhadas por todo o concelho de S.Filipe, estão comprometidas. Luís Pires decidiu a participar na corrida, caso a cúpula do PAICV não mande suspender o processo, apurar as alegadas irregularidades já referidas nas edições anteriores deste jornal e tomar medidas para que tudo decorra de forma responsável e transparente.

Esta decisão consta de uma carta de 10 pontos, com vários anexos comprovativos das alegadas irregularidades tornadas públicas, remetida no dia 18 à Comissão Nacional de Jurisdição e Fiscalização, com cópia ao Secretário -Geral do PAICV, Mário Matos. “A decisão da Comissão de Candidatura de Luís Pires é de não participar nas primárias e solicitar a suspensão do referido acto”, diz a fonte deste jornal.

A carta fundamenta que a CA à Candidatura de Luís Pires “não quer pactuar

com esta armadilha montada no âmbito das primárias para legitimar uma falsa vitória, numa disputa em que a candidatura adversária de Eugénio Veiga se assume como jogador, arbitro e instância de recurso”.

A missiva, acrescenta o informante de **A Semana**, salienta que, do estudo feito dos actuais membros recenseados, pelo menos 50 militantes, que foram delegados à última conferência do Sector de S.Filipe realizada no ano passado, foram eliminados dos cadernos eleitorais. O documento avança, por outro lado, que outros 54 militantes antigos, de apenas cinco das 36 Mesas de Voto ficaram também excluídos. “Contrariando as orientações da Comissão Política Nacional, houve, por parte da candidatura adversária, o recrutamento de pelos menos 271 pessoas que são na sua maioria apoiantes do PAICV, mas nunca foram militantes”, refere, conforme a nossa fonte, a missiva remetida esta semana ao CNJF, que até hoje, 20, deve tomar uma posição sobre a matéria e decidir se suspende ou não as

primárias em São Filipe.

Alguns dos visados denunciaram através da TCV, na segunda-feira última, tais situações. Isto em nome dos mais de 300 excluídos dos cadernos, que suspenderam, a pedido de dirigentes nacionais e militantes locais, uma manifestação que estava prevista para acontecer no mesmo dia que apareceram na TCV. E fizeram-no, dizem esses tambarinas convictos, para “evitar que tal acto cause mais estragos às bases eleitorais do PAICV em S.Filipe”

Enquanto isso, o líder local do PAICV, Manuel da Luz, garante que tudo está a decorrer na normalidade, mas encaminhou o repórter para o presidente da Comissão Sectorial de Jurisdição e Fiscalização, José António Mendes. É que, segundo da Luz, trata-se do órgão que está a gerir todo o processo e que deve, com efeito, prestar todos os pormenores sobre os preparativos das primárias do PAICV naquele concelho do Fogo. Só que as inúmeras tentativas

feitas por este jornal para falar com tal presidente resultaram em vão, já que o móvel de Mendes esteve sempre desligado. O mesmo aconteceu com o presidente do Conselho Nacional de Jurisdição e Fiscalização, Honório Brito.

Diante de tudo isso, nada está claro quanto ao processo das primárias do PAICV em São Filipe. Caso venham a acontecer nas actuais condições em que elas vêm sendo preparadas, é, na perspectiva de observadores atentos, quase seguro que Eugénio Veiga será candidato a solo. Luís Pires estará fora da corrida e deverá concorrer como independente nas municipais de 2008. O pós-primárias será muito mais complicado, com consequências políticas que só mais tarde falarão do seu verdadeiro alcance. E na hora do juízo todos, incluindo a cúpula do PAICV, vão ter grandes dificuldades em se desembaraçar desta batata-quente que só o PAICV, e apenas o PAICV, deixou ficar quente demais.

Alírio Dias de Pina

CHUVAS NO ARQUIPÉLAGO

A chegada do verão traz, além de sol e altas temperaturas, fortes chuvas, desabamento de terras e muitos problemas sociais. A Praia como várias outras cidades africanas tem sofrido nos últimos anos consequências penosas com as águas das chuvas, que traz consigo lama, lixo e várias doenças. Para despistar eventuais danos este ano, uma equipa formada por representantes das instituições que lidam com esses assuntos esteve no terreno para identificar os constrangimentos enfrentados pela população dos bairros considerados de risco.

Durante três dias uma equipa formada pelo Serviço, Nacional e Municipal, da Protecção Civil, Bombeiros Municipais da Praia, Ministério das Infraestruturas, Delegacia de Saúde da Praia, Cruz Vermelha de Cabo Verde e a Polícia Nacional percorreram os bairros considerados críticos para identificar os riscos que correm nessas localidades. Este périplo é feito anualmente, um mês antes das primeiras chuvas.

Ao visitar zonas como Safende, Castelão, Latada, Ponta d'Água, Vila Nova, Santa Rosa, Tira-Chapéu, a delegação declarou situação de emergência nalguns desses bairros. Identificou quatro casas que de acordo com o comandante de Serviço Municipal da Protecção Civil (SMPC), António Oliveira, têm que ser demolidas o mais rápido possível. *"Algumas dessas zonas encontram-se em situação catastrófica. Vila Nova é uma delas. Com casas que pululam nas encostas e sem as mínimas condições de segurança, correm o risco de deslizamento em caso de cheias intensas"*, adverte.

Uma grave característica das áreas de risco desta grande Babel que é a Praia é a ocupação dos encostas e margens de córregos. As construções clandestinas nas ribeiras ou nas encostas sem protecção nenhuma pululam nesta cidade sem que os seus moradores se decem contra que estão a pôr em perigo a sua propriedade. E essas *"irresponsabilidade"* chegaram a um ponto tal que Oliveira diz que *"não é possível resolver toda a situação da Praia, as medidas agora só vão diminuir"*. O caso mais grave é a zona de Santaninha, onde as casas estão situadas nas ribeiras, e numa *"situação de chuvas intensas e repentinas a população corre sérios riscos que ultrapassam a capacidade de resposta do município da capital"*.

E não são só as casas clandestinas que preocupam as autoridades. Segundo Oliveira no bairro da Bela Vista existem postes de iluminação pública que estão mal situados, no meio da ribeira e com quilómetros de fios de electricidade na superfície. *"Com a chuvas as pessoas podem morrer electrocutadas"*. Frente a esse perigo eminente, Oliveira diz que o SMPC entrou em contacto com a Electra mas até agora *"não obtivemos nenhuma resposta"*.

De acordo com o comandante da SMPC cabe agora à Câmara Municipal da Praia disponibilizar *"meios para iniciar a intervenção"*. *"A Praia não está preparada para receber as chuvas. Imagina se chover com a mesma intensidade de há alguns tempos atrás, vai ser o deus nos acuda. A única forma de evitar essa catástrofe é a prevenção e avisar a população sobre estes perigos"* salienta.

O SMPC garante o responsável, já está preparado para os problemas que, de certeza não-de vir, mal comece a chover com intensidade. *"Já criamos uma equipa para trabalhar no terreno e socorrer as vítimas. Também temos preparado um espaço para acolher os desalojados que vai ser no hangar do antigo aeroporto da Praia"*, conclui Oliveira.

JP



PRAIA PREPARA PARA RECEBER CHUVAS



Agricultores dos l

Os agricultores de São Salvador do Mundo, interior de Santiago, estão esperançosos em relação a este ano agrícola. A terra, embora seca, já recebeu as tradicionais sementes de milho, feijão-pedra, bongolon, sapatinha, fava e congo. A mandioca, este ano, foi plantada bem mais cedo. Agora só falta chegar as primeiras chuvas, porque pela previsão dos camponeses *"vem tchuba braba por aí"*. A abóbora, tomate e batata doce terão que esperar que a terra fique bem molhada.

Este ano a *azágua* promete boa colheita. A previsão dão-na os próprios agricultores: é que pelas suas *"medições feitas"* à mudança do tempo durante este mês de Julho, muita água vai cair na terra dos Picos. Alguns já fizeram a sua experiência com pedras de sal. Pelos vistos derrete-se, deixando muita água, depois de passarem horas exposta na ombreira das janelas. Por isso, os camponeses acreditam em chuvas fortes entre Agosto e Setembro.

E enquanto as chuvas não chegam – apenas chuviscos caíram no interior de Santiago –, os agricultores já semearam de tudo um pouco na esperança de ter no final uma boa colheita. Da estrada que liga Picos à Assomada dá para ver que encostas e ribeiras já receberam as sementes. Indo

mais para o interior do concelho – Achada Igreja, Achada Leitão –, as sementeiras estão também avançadas. Há quem, além dos tradicionais milho e feijão, tenha já plantado a mandioca. Uma estratégia para expandir a produção.

ASemana constatou junto do INIDA que não houve muita procura das sementes neste início da *azágua*. Segundo o responsável pelo sector de vendas, Varela Moniz, a venda é pouca, muito, sobretudo, porque muitos camponeses reservam as sementes do ano agrícola anterior. Mas garante que as sementes mais procuradas são as de milho, feijão pedra e mancarra. Cada agricultor semeou cerca de cinco litros de milho e outros tantos de feijão. A perspectiva é de colher este ano cerca de dois bidões de milho, o correspondente a 40 quartas, segundo as contas dum ano farto.

RESISTÊNCIA ÀS NOVIDADES

O milho e os feijões-pedra, bongolon, sapatinha, fava e congo continuam a ser a aposta dos camponeses. Tradicionalistas, resistem à introdução de novos produtos, como hortaliças e legumes. No mês passado um engenheiro agrónomo, técnico da Comissão Instaladora do Município, esteve na localidade

Muita chuva nos p

Os indicadores divulgados pelo Centro Africano das Aplicações da Meteorologia para o Desenvolvimento (ACMAD), no Níger, apontam para a zona do Sahel condições favoráveis de chuva nos próximos três meses. Os dados são válidos para o período de Julho a Setembro de 2007 e incluem dois países da África Central, Chade e os Camarões.

De acordo com dados do ACMAD, a previsão de chuvas para os próximos três meses foi elaborada com base no estado actual dos oceanos, suas evoluções e impactos sobre o



Picos perspectivam ano de fartura

de Achada Leitão, onde “inutilmente” tentou sensibilizar os agricultores a apostarem em novas plantações.

De acordo com os agricultores Saturnino, conhecido como Nho Alcides, e Higinio Tavares, de 66 e 63 anos, respectivamente, a aposta é sempre em produtos tradicionais visto que “não temos terreno apropriado para o regadio. Semeamos sempre no sequeiro”. Inclusive, até “a batata-doce só é possível plantar depois que caem as primeiras chuvas”, diz um dos camponeses. E sobre a aposta em hortaliças e legumes como alface, couve, cenoura, abobrinha, ambos a procuram justificar com a escassez de água que torna de todo inviável entrarem inovações destas: “Não temos um reservatório de água. Por outro lado, as cheias levam tudo para o mar”, explicam.

Conforme Saturnino, o técnico da CI de São Salvador do Mundo levantou a preocupação quanto ao enfraquecimento do solo devido ao uso das enxadas e do cultivo do milho e do feijão-congo. Embora reconhecendo a fraca colheita desses produtos tradicionais, o camponês afirma que não vai deixar de apostar nesses produtos. “A nossa terra produz milho sem curar (sem agrotóxico)”, explica. E o milho

“além de reforçar a nossa alimentação como a cachupa, xerem, cusuz serve também para alimentar os nossos animais. Não podemos deixar aquilo que foi sempre a tradição dos nossos pais e avós”.

Saturnino reconhece que a enxada de facto enfraquece o solo. “Todo o ano raspa-se a terra, por baixo só fica pedra e cascalheira”, conta. Mas adianta que a monda e a ramonda são inevitáveis no processo da sementeira, que tem que ser obrigatoriamente seguido para “que tenhamos no final bom milho e feijões bonitos”.

Contactado por **A Semana**, o engenheiro agrónomo Fernando Carvalho confirma que “as actuais práticas de cultivo no sequeiro só têm contribuído para degradar o ambiente e acelerar a erosão do solo visto que a sementeira é feita, normalmente, em zonas de declives bastante acentuados. As duas sachas (monda e ramonda), feitas durante o ciclo das culturas, deixam o solo mais vulnerável à erosão”, explica. O técnico aponta ainda a chuvas de grande intensidade e o uso das ervas daninhas para a alimentação dos gados como causas dessa degradação.

Questionado sobre o porquê de os agricultores persistirem com essa prática de

cultivo, Carvalho explica que a justificação “só pode ser encontrada na questão cultural”. Segundo informa, antigamente os caboverdianos dependiam fundamentalmente da agricultura de sequeiro, que consistia na “consociação” milho-feijões (diversos feijões), para garantir o básico para a alimentação das famílias. Entretanto, tratando-se de uma questão cultural, “todo o tipo de mudança enfrenta resistências e constrangimentos. É preciso apostar numa forte campanha de sensibilização no sentido de explicar as desvantagens da continuação dessas práticas”.

Explicando como o uso das enxadas pode acelerar a erosão do solo, o agrónomo salienta que “as mondas e ramondas consistem em revirar o solo com o objectivo de arrancar as ervas daninhas que concorrem com as culturas do milho e feijão em termos de nutrientes, água e temperatura. Até que se prove o contrário, essas práticas podem ser aceitáveis desde que sejam feitas em zonas de declives reduzidos e em solos de boa qualidade. No entanto, o problema se põe quando são feitas em zonas declivosas, degradadas, sem serem acompanhadas de medidas de conservação do terreno e água, como é o caso do município dos Picos”.

Este engenheiro é de opinião que devia ser abolida a agricultura de sequeiro, para milho e feijões (bongolon, pedra e sapatinha). Estes devem ser substituídos em parte por outros tipos de feijões, nomeadamente o congo e outras leguminosas mais produtivas. “Em zonas baixas a horticultura é, sem dúvida a alternativa mais sensata”, assegura. Desta forma “cabe ao Ministério do Ambiente e Agricultura, através dos seus serviços de extensão rural, arranjar as melhores formas de sensibilizar os agricultores no que toca à diversificação das culturas”. O objectivo é torná-las “mais rentáveis porque permitem vários ciclos culturais por ano, utilizam menos água e são menos degradantes para o meio ambiente”.

Carvalho avança que a implementação do projecto de Ordenamento e Valorização da Bacia Hidrográfica dos Picos prevê intervenções nas áreas de conservação do solo e água, bem como a massificação da rega gota-a-gota, o crédito aos produtores locais e a capacitação comunitária. “Espera-se que a implementação deste projecto traga benefícios concretos aos agricultores e contribua para as mudanças, que vão levar, sobretudo, a reduzir a pobreza, a proteger o ambiente e a garantir a segurança alimentar”, conclui.

Lília Mesquita

Próximos três meses na zona do Sahel

clima regional. Essas análises do estado global – a nível dos Oceanos Pacífico Equatorial, Atlântico Tropical e Índico vêm sendo elaboradas desde Março.

Contudo, tendo em consideração as incertezas existentes sobre a evolução do estado das águas no Golfo da Guiné e o grau de arrefecimento no Pacífico Equatorial torna-se necessário monitorizar a evolução das anomalias da temperatura da superfície do mar nestas duas regiões, durante os próximos meses. Estas evoluções permitem uma melhor apreciação do carácter moderado ou forte dos excedentes pluviométricos

esperados no Sahel e do carácter normal ou ligeiramente deficitário das chuvas nos países do Golfo da Guiné.

As previsões ilustradas no ACMAD registam uma estimativa consensual dos impactos dos diferentes comportamentos dos oceanos no que diz respeito ao regime das precipitações regionais. Esta previsão será objecto de actualizações nas próximas semanas, dependendo de novas observações sobre a temperatura do mar.

LM

CERIS demarca-se da poluição na Praia Negra



A Ceris garante que não está a poluir a Ribeira da Praia Negra e que as águas residuais que lança naquela zona são limpas, tratadas e alvo de um rigoroso controlo microbiológico por parte de laboratórios independentes. A Electra, por seu lado, não quer assumir a total responsabilidade pela poluição da praia, mas admite que um problema no sistema de bombagem poderá estar na origem da contaminação.

A empresa que produz a cerveja Strela e Coca-Cola para Cabo Verde demarca-se da poluição da Ribeira da Praia Negra, um problema ambiental que voltou à ordem do dia devido a um email que começou a circular na semana passada na Internet. Da autoria de Jaime Motta, esse email revela fotografias da degradação da ribeira, questionando o papel da Ceris na poluição da zona e mesmo a qualidade dos produtos da empresa.

Indignados com estas acusações, os responsáveis da Ceris asseguram, antes de mais, que os seus produtos são controlados, segundo as normas internacionais aplicáveis à produção agro-alimentar e de acordo com os parâmetros da União Europeia e da Organização Mundial de Saúde. Arnaldo Temprano, administrador da empresa, garante que vai lutar até às últimas consequências contra quem põe em causa a qualidade dos refrigerantes, água e cerveja produzidos pela Ceris. “O nosso produto final é rigorosamente controlado por laboratórios internos e externos, de acordo com os padrões de segurança internacionais e por exigência da Coca-Cola Bottling Company. Fazemos o

controlo periódico das bactérias totais e coliformes dentro dos parâmetros da UE e OMS. Há ainda um controlo rigoroso do produto engarrafado antes de sair para o mercado”, salienta Temprano. “Eu próprio beberei da água da torneira da nossa fábrica à frente de qualquer pessoa”, declarou ainda.

O processo laboratorial de controlo da água para produção das bebidas é o seguinte, explica o director comercial da empresa, Felix Gomis: “Captamos a água dos furos em profundidade e fazemos um primeiro pré-tratamento físico. Em seguida, a água é tratada pela nossa planta de tratamento por osmose inversa, de duas etapas, com tecnologia de ponta e totalmente automatizada, o que nos garante uma água final com excelente qualidade, tanto físico-química como microbiológica. Por último, um sistema de esterilização por radiação ultravioleta completa o tratamento, assegurando que a água utilizada como matéria prima para a fabricação de cerveja e dos refrigerantes esteja sempre isenta de qualquer contaminação microbiológica”. Depois deste processo, a água é verificada pelo laboratório interno da empresa e por dois laboratórios internacionais – Dr. Oliver Rodes, em Barcelona e S.A. Coca-Cola Services, na Bélgica.

“Há que ser ignorante para pensar que uma companhia deste calibre iria lançar esgotos na praia. As águas residuais que saem do nosso furo para a Praia Negra são águas limpas. Investimos três milhões de euros na nossa fábrica de tratamento de água e a

Coca-Cola Bottling Company investiu dez milhões de euros na Ceris, portanto, não tem cabimento nenhum comprometer-se esse investimento”, explica Félix Gomis.

A empresa encomendou, antes de estalar esta polémica, uma máquina (espectro fotómetro) para caracterizar as águas residuais, que deverá chegar em breve ao país. A Ceris, garante Temprano, contactou ainda há algum tempo a Câmara Municipal da Praia, disponibilizando-se para criar uma ETAR nas suas instalações. A autarquia mostrou-se favorável e o projecto está em estudo.

Para o administrador da Ceris, não é “nada agradável ter aquele charco à volta da fábrica” e a empresa está “disponível para colaborar com todas as entidades em matéria de ambiente”. E acrescenta: “Temos preocupações ambientais: nos nossos festivais não há vidro no chão, fazemos acções de limpeza das praias, fomos os primeiros a introduzir as embalagens retornáveis, e a triturar o vidro”.

Temprano salienta que “em Cabo Verde não se está habituado a usar embalagens retornáveis e que as pessoas continuam a preferir adquirir garrafas de vidro a tara perdida”. Outro problema é que o “vidro nem sequer é recuperado”, frisa.

Contactado pelo **A Semana**, o presidente da Comissão Executiva da Electra afirma que “pela natureza da sua função, não se põe em causa o controlo dos produtos da Ceris”, mas refere que “também não se pode dizer que é só a Electra que é responsável”. “Aquele ribeira

tem de tudo”, declara. Antão Fortes admite, contudo, que pode haver uma fuga no sistema de bombagem da estação de Lém Ferreira, canalizando os esgotos para a Ribeira da Praia Negra, mas garante que o problema está a ser resolvido. “Estamos a reparar as bombas e sei que hoje (anteontem) iam colocar uma nova bomba em Lém Ferreira”, afirma.

Fortes diz ainda que “as praias estão poluídas há muito tempo” e que “não se pode exigir da Electra o impossível”. “Temos problemas evidentes de tesouraria e estamos a fazer tudo o que podemos para reparar as estações de bombagem e melhorar o trabalho na ETAR”. Os cidadãos, avisa, “também não ajudam” e contribuem para o entupimento do sistema: “mandam roupas, garrafas de plástico para o sistema de esgoto e isso estraga as bombas”.

Adirectora-geral do Ambiente e o delegado de Saúde da Praia garantem, por seu lado, que foi criado um grupo de trabalho para detectar as fontes poluidoras das praias da capital. Esse grupo, composto pela DGA, Delegacia de Saúde, Capitania dos Portos, Câmara Municipal e Protecção Civil, já visitou a ETAR do Palmarejo e prevê vistoriar a fábrica da Ceris na Praia Negra, entre outras instituições.

Quanto à Praia Negra, o delegado de saúde José da Rosa afiança que já pediu à Capitania dos Portos e à CMP para colocarem uma placa interditando permanentemente o uso da zona pelos banhistas, mas esse aviso ainda não foi afixado.

RVS

Autarquia suspende venda de terrenos em “Ponta Preta” no Maio

O edital da Câmara Municipal do Maio, que dava conta de que a autarquia suspendera a venda de terrenos em Ponta Preta, zona de expansão para o Sul da Vila de Porto Inglês, deixou os maienses com a pulga atrás da orelha. É que, como diz o ditado, ‘gato escaldado tem medo de água fria’ e no Maio a venda de terrenos públicos e privados tem trazido aos moradores fortes amargos de boca. O vereador do pelouro de Urbanismo, José Maria Barbosa, tranquiliza e diz que, de facto, a atribuição de lotes em Ponta Preta foi suspensa, enquanto se esperava uma legislação sobre as ZDTIs, que saiu há cerca de um mês, e que o processo já foi retomado, sem qualquer bloqueio.

Ao **A Semana** chegaram rumores de que, uma vez mais, os terrenos em Ponta Preta, zona de expansão da Vila de Porto Inglês, estão envolvidos em polémica e que a Câmara do Maio, para apaziguar os ânimos, suspendeu a venda e a atribuição de novos lotes.

De acordo com as nossas fontes, a localidade foi retalhada pela edilidade que nem sequer dispõe de documentos para justificar as vendas já realizadas. “A informação que temos é que todos os documentos dos terrenos de Ponta Preta desapareceram, não se sabe como nem porquê. Diante desses rumores, as pessoas que compraram terrenos têm-se acertado da Câmara para mostrar que são donos legítimos

de lotes em Ponta Preta. Quando chegam ao Gabinete Técnico, os funcionários tiram fotocópias dos documentos originais dos proprietários para arquivar como prova, porque não têm nada”, afirmam.

A situação é tão complicada que algumas pessoas dizem que os terrenos nem sempre foram vendidos, atribuídos ou doados pela Câmara. Isto é, alguns funcionários e técnicos, inclusive um familiar do presidente, terão assinado documentos de venda de terreno em Ponta Preta. Neste último caso em particular, ao que conseguimos apurar, a informação chegou ao edil Manuel Ribeiro, que mandou suspender esse seu familiar das suas funções. “A Câmara do Maio precisa ser sujeita a uma investigação de fundo, sobretudo o seu gabinete técnico porque há muitos negócios mal explicados. Penso que a Polícia Judiciária Cabo-Verdiana deveria chamar a si esta responsabilidade”, observam.

Confrontado com essas informações, o líder do PAICV na Assembleia do Maio diz ter conhecimento dos rumores que estão a circular na ilha e que pretende levar essa questão à próxima sessão da AM. “Estava prevista uma sessão em Junho, que não aconteceu. Estamos à espera do agendamento da próxima sessão para questionar o presidente sobre os terrenos de Ponta Preta. Queremos ouvir as explicações directamente da boca do presidente para

evitar especulações e informações truncadas”, assegura Filinto Santos, que aproveita para esclarecer que o PAICV, por enquanto, vai apenas pedir explicações.

Esse dirigente admite que a venda de terrenos no Maio tem sido problemática, em parte devido a uma “situação de bandalheira e de falta de comando”, que facilita os esquemas pouco claros, envolvendo técnicos e funcionários do município. “A situação dos terrenos do Maio é o calcanhar de Aquiles dessa Câmara. Cabe ao presidente esclarecer esses rumores. Não estamos a acusar ninguém, queremos apenas esclarecimentos e, de preferência, alguma prova documental dos lotes”.

Enquanto isso, o vereador, José Maria Barbosa confirma que, de facto, a venda de terrenos em Ponta Preta foi suspensa durante algum tempo, enquanto se aguardava a nova legislação sobre as ZDTIs e também porque havia lotes confusos, que precisavam ser clarificados. Entretanto, desde que a legislação ficou pronta (há cerca de um mês) foi retomada a atribuição de lotes. “Fizemos um loteamento de toda a zona. Esse trabalho foi feito recentemente por um topógrafo e já temos em mãos todos os documentos de Ponta Preta, que é um terreno municipal, situado a sul da Vila. Ponta Preta é a nova zona de expansão da Vila”, remata Barbosa.

Constância de Pina



Equipamentos de rede de água domiciliária chegam à ilha Brava

Cerca de duas dezenas de quilómetros de tubagem e acessórios chegaram à ilha Brava na última sexta-feira, 13. Estes equipamentos, de acordo com o edil, Camilo Gonçalves, vão montar a rede domiciliária de água, um projecto que pretende alargar a cobertura da ilha a 100%, até ao final do corrente ano.

“Estamos a falar de um projecto orçado em 20 mil contos, financiado pela cooperação luxemburguesa em mais de 15 mil contos. O montante restante, cerca de 5 mil contos, será suportado pela Câmara Municipal, em parceria com a população beneficiária”, explica Gonçalves.

Os trabalhos que vão levar a água até dentro das casas dos bravenses arrancaram já em Cachaço e Mato e deverão passar brevemente pelas zonas de Pau, Cova Rodela e Furna. “É aposta da Câmara Municipal melhorar as condições de vida da população em toda a ilha, para que o crescimento seja equilibrado. Nossa meta é cumprir os Objectivos do Milénio criados pelas Nações Unidas e, pelo menos um deles – abastecimento de energia eléctrica -, já atingimos”.

Um outro projecto complementar de abastecimento de água e saneamento para a região Fogo/Brava, financiado por Luxemburgo, deverá arrancar dentro de um mês. Este projecto que, segundo Gonçalves, resulta de um acordo entre os governos de Cabo Verde e de Luxemburgo, deve ainda recuperar um aero-gerador, que se encontra avariado, e ainda desenvolver estudos sobre a qualidade da água de Vinagre e Encontro.

Sobre a água de Vinagre, Gonçalves explica que se trata de uma água efervescente, que se acredita possuir propriedades medicinais. “É uma água que se vai estudar para ver a possibilidade dela ser engarrafada. Quanto à água de Encontro, que é consumida pela quase totalidade dos bravenses, tudo indica que possui excesso de flúor pelo que precisa ser estudada e, se for necessário, desmineralizada para melhorar a sua qualidade”.

CP

Electra garante que “em princípio” não vai haver cortes de energia

O presidente da Comissão Executiva da Electra garante que “em princípio não vai haver cortes de energia este Verão” em Cabo Verde, particularmente na Praia, que tem sido fustigada nos últimos anos por apagões constantes.

“Salvo o caso do Sal que está com problemas de manutenção, estamos com todas as condições e temos capacidade suficiente para responder. Se tudo correr bem, considerando que estamos a

falar de aparelhos técnicos, não vai haver problema” diz Antão Fortes.

Questionado sobre os apagões que têm atingido esporadicamente alguns bairros da capital (Achada de São Filipe tem tido cortes diários, por exemplo), o responsável máximo da empresa de água e electricidade diz que se trata de um problema da rede.

“A rede eléctrica da cidade da Praia tem mais de 20 anos e precisa

ser totalmente substituída. Há um projecto com o BAD para fazer essa substituição, mas enquanto isso não estiver concluído vai haver sempre cabos com curto-circuito que vão deitar abaixo a energia nas localidades”, justifica Fortes.

A capacidade de transporte da rede de média tensão será entretanto aumentada, explica o representante da Electra, de 15 KV para 20, melhorando as condições da rede eléctrica da capital.

Suíça retoma “colaboração” com Cabo Verde

O Governo da Suíça assinou um acordo com Cabo Verde para apoiar o programa das cantinas escolares, que vai deixar de contar com o financiamento do Programa Alimentar Mundial. “Não vai haver cooperação bilateral”, ressalva um representante do Executivo suíço, para quem, todavia, este acordo simboliza, de qualquer modo, o reinício das relações entre os dois países, em moldes que ainda estão a ser negociados.

O acordo assinado entre o ministro dos Negócios Estrangeiros, Victor Borges, e o chefe da Divisão de África para a Ajuda Humanitária do Governo da Suíça, Roland Anhorn, no sábado passado, dá um apoio de 300 mil dólares ao programa nacional das cantinas escolares, que passará

a ser totalmente suportado pelo Governo cabo-verdiano a partir do ano lectivo 2009/2010. O programa das cantinas beneficia cerca de 98 mil crianças em todo o país com uma merenda escolar.

Apesar de garantir que “não vai ser retomada a cooperação bilateral” entre os dois países, Roland Anhorn explica, ao **ASemana**, que a Suíça demonstra uma “grande sensibilidade pelos problemas de Cabo Verde” e que o acordo assinado no sábado é “um primeiro passo que simboliza a possibilidade de se criar uma colaboração privilegiada”.

“Não sei que nome terá esta colaboração, mas trata-se de uma relação privilegiada entre os dois Governos, que

poderá permitir a inclusão do arquipélago em alguns dos programas regionais”, adianta. O responsável, que regressou à Suíça na segunda-feira passada, diz que o seu Ministério vai estudar essa possibilidade e “ver qual a melhor opção”. “Deixamos a porta aberta agora, para encontrar uma forma diferente de trabalharmos juntos”, explica Anhorn.

No entanto, assegura, desde já, que a Suíça não vai abrir um escritório da sua Cooperação na Praia. Esta reaproximação à Suíça, e também a estada de Roland Anhorn em Cabo Verde nos últimos dias, acontecem no seguimento visita que o ministro dos Negócios Estrangeiros fez à Suíça, ainda no início deste mês.



Restaurante Bar Pelourinho

O sítio é aprazível e delicioso... de extraordinária beleza cênica. Só se ouve o suave barulho das ondas do mar, o crepitar das brasas e o mastigar gostoso dos grelhados de peixe e marisco...






Pousada São Pedro - Cidade Velha

Bem no centro da Ribeira, usufruindo de uma invejável tranquilidade e de extraordinários recantos ao ar livre, a Pousada São Pedro é o paraíso para os que amam o sossego.




Proim-tur - Projectos, Incubadora e Desenvolvimento Turístico, Lda
Cidade Velha - Santiago - Cabo Verde
Tel: +238 267 16 81 - Fax: +238 267 16 81 - E-mail: proimtur@gmail.com



SANTO ANTÃO

Missão do Fida avalia programa contra pobreza

Uma missão do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) chega no próximo dia 22 a Santo Antão, para avaliar o nível de materialização dos programas da II Fase (2004-2007) da Luta Contra a Pobreza no Mundo Rural (P.L.P.R.) e analisar com os parceiros a projecção para 2007-2009, ou seja, a III Fase do Projecto.

A delegação, que é chefiada por Claude Raynaud, e composta por Adão Rocha, Abdallah Ait Tihyaty, Pierre-Yves Legal e Annina Lubbock, far-se-á acompanhar pelo coordenador nacional do PNLP, José Maria Veiga, conforme o programa elaborado para o efeito. Juntos irão realizar uma reunião técnica de apresentação, com os presidentes dos órgãos sociais e a Unidade Técnica do CRP local. Previstos estão também encontros de trabalho com os presidentes das câmaras municipais da ilha, um Atelier Regional com o CRP e Parceiros Locais, para além de visitas de terreno a algumas localidades, onde existem Associações de Desenvolvimento Comunitário que trabalham com o Programa.

A missão do FIDA permanece na ilha até o dia 24, para ver, ouvir e analisar com os parceiros locais, o impacto que os programas vêm tendo na Luta Contra a Pobreza. “Os requisitos da transição para o terceiro ciclo do Programa” e accionar iniciativas estratégicas conjuntas, para os próximos anos são planos para o futuro. No final da visita, a missão realizará, na Cidade do Porto Novo, uma reunião-síntese com os responsáveis do CRP Local, para analisar os resultados da avaliação e discutir as perspectivas futuras.

Para tal avaliação, os responsáveis regionais do

PLPR, do CRP e alguns dos parceiros na ilha, numa conversa com **A Semana**, foram unânimes em dizer que, não obstante os constrangimentos de ordem natural e institucional, estão tranquilos, porquanto os resultados obtidos são satisfatórios e visíveis por todos, e que a “**inclusão social e a luta contra a pobreza**” vêm sendo sempre parte integrante dos objectivos pretendidos. E apontam o crescimento e o emprego sustentáveis, através de micro-projectos nos domínios de abastecimento de água, educação, habitação social, saneamento e promoção de actividades geradoras de rendimento.

Quanto à criação do CRP - Conselho Regional de Parceiros, as fontes deste jornal dizem que foi um passo decisivo para atingir os objectivos da II fase do PLPR em Santo Antão. Segundo os mesmos, não obstante certas dificuldades, conseguiu-se, em conjunto com os parceiros, identificar as actividades consideradas estratégicas e prioritárias para a Luta Contra a Pobreza na região, proporcionando assim condições essenciais para a massificação dos objectivos do projecto.

Dos cerca de 111 mil contos investidos em Santo Antão, durante a execução da II fase do PLPR, os dirigentes realçam a participação decisiva dos parceiros, sobretudo os considerados estratégicos, não obstante dificuldades demonstradas por alguns que - apesar de assinarem os “**Compromissos com Contrapartidas nos projectos**” -, não os conseguiram saldar como mostram os dados seguintes: FIDA-Governo de Cabo Verde - 57%; Beneficiários e Associações de Desenvolvimento Comunitário - 26%; Câmaras Municipais - 2% e MAA e Cooperação Internacional - 15%. E aqui salvaguardar

o bom relacionamento que essas instituições de Luta Contra a Pobreza mantêm com a Câmara Municipal do Porto Novo.

Os responsáveis comunitários realçam, contudo, o papel decisivo, que a maioria das Associações de Desenvolvimento Comunitário - na qualidade de parceiros directos -, vêm tendo na materialização do projecto. Cumprindo e dilatando os seus compromissos financeiros, de contrapartida, assinados para o efeito, sensibilizando as famílias beneficiadas e a Comunidade em geral, para a participação colectiva nos projectos financiados pelo PLPR e CRP, o que, para além de massificar as actividades de desenvolvimento comunitário, tem contribuído, amiúde, para duplicar os projectos financiados.

Constrangimentos como a realidade física da ilha, impostos pela imponência das suas montanhas, aglomerados populacionais dispersos e dificuldades de acesso atrapalham, entretanto, o “**voluntarismo**” do Conselho Executivo do CRP as exigências operacionais do Governo e dos Financiadores. A isso soma-se a ausência de um “**Centro de Investigação e Estudos**” para analisar os indicadores do impacto dos programas de desenvolvimento da ilha e propor medidas realistas. Uns e outros pesam na hora de buscar resultados.

No final da entrevista, todos se mostraram confiantes no financiamento de uma III Fase do Projecto mais reforçado e com novas estratégias, que terão em consideração as várias experiências acumuladas e vitórias alcançadas durante os anos de implementação do Programa Local de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural em Santo Antão.

Manuel Nascimento

VALORIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DE ALTO-MIRA

MAA investirá mais 14 mil contos em projectos

O Ministério do Ambiente e Agricultura (MAA) espera investir, até finais deste ano, e com mais de 14 mil contos em projectos de valorização da bacia hidrográfica de Alto Mira, em Santo Antão. São projectos que, de acordo com o delegado do MAA, seguem a linha das intervenções que o governo tem estado a fazer na bacia há alguns anos e que visam o aproveitamento das potencialidades agro-pecuárias desta localidade do interior da ilha.

Segundo Orlando Feitas, o MAA assinou contratos

com Instituto Nacional de Engenharia Rural e Florestal (INERF) - no valor de 8 mil contos -, e com a Associação Comunitária “*Os Alto-mirenses*”, que executarão as obras, - seis mil contos. Esses montantes, afirma Feitas, vão permitir ao INERF construir e recuperar obras de conservação de solos e água já Alto-mirenses devem construir currais, pocilgas, levadas, de entre outros.

Certo é que até agora já foram realizados na bacia hidrográfica de Alto Mira projectos que ascendem aos 90

mil contos. Enquanto isso, o governo continua a aguardar luz verde do Banco Árabe de Desenvolvimento Económico em África (BADEA), que deverá financiar as bacias hidrográficas de Alto-Mira (Porto Novo) e Ribeira da Torre (Ribeira Grande).

Estes dois projectos estão orçamentados em 900 mil contos, sendo que um terço desse valor será para a bacia de Alto Mira e os restantes para a bacia da Ribeira da Torre.

CP

Objectivo inédito na Comarca do Sal

Esvaziar as celas

O Procurador Vital Moeda quer ver as celas da cadeia do Sal vazias, ainda antes do arranque das férias judiciais, em Agosto. Os julgamentos a réus presos estão a decorrer na Comarca do Sal desde o início de Julho, o visam atingir esse objectivo inédito.

“Estamos a proceder a julgamentos de réus ligados aos crimes de droga e roubo com o intuito de limpar as celas, enviando os condenados para cadeias de maior segurança”, explica Vital Moeda, adiantando que um número considerável de reclusos já foi transferido para Mindelo e que uma nova remessa aguarda transporte marítimo para seguir o mesmo destino.

Apesar da dinâmica imprimida no Tribunal do Sal, a nível de julgamentos e sentenças, Moeda sabe que será extremamente difícil, quase impossível, livrar a penitenciária de todos os presos. Até porque, como ele próprio frisa, novos casos de droga andam a ser resolvidos pela Judiciária, cujo contingente foi reforçado nos últimos tempos.

Em média, os arguidos julgados neste período por roubo foram sentenciados a cinco anos de cadeia enquanto que os traficantes de droga apanharam penas ligeiramente superiores. E são esses presos que já foram ou vão ser transferidos para a cadeia de Ribeirinha, em S. Vicente.

Entre os presos colocados na Ribeirinha, encontram-se os dois arguidos relacionados com o caso das italianas mortas em Fontona. Entretanto, Moeda já solicitou o regresso deles ao Sal para proceder à marcação do julgamento, provavelmente para Outubro.

Com o reforço da Judiciária no Sal - com um inspector e mais seis agentes - e a colocação de mais um juiz nessa Comarca, Vital Moeda considera urgente a adequação do Ministério Público a essa nova realidade, sob pena de ficar aquém das exigências. Moeda defende o envio de mais um Procurador e de oficiais de diligências para o tribunal salense.

KzB

Embarcações clandestinas fora do controlo da Guarda Costeira

As águas de Cabo Verde continuam entregues a própria sorte. Mesmo com a ajuda dos países amigos - Portugal, Espanha e EUA - a Guarda Costeira mostra-se sem meios e por isso impotente quando as ameaças chegam do exterior. A imigração clandestina é apenas uma delas.

O caso mais recente de imigração clandestina deu-se no último sábado, 14, quando uma embarcação com 30 metros atracou nos Mosteiros, na ilha do Fogo, com 137 clandestinos a bordo. Oriundo da nossa costa africana, o grupo já tinha sido vistos na quinta-feira, 12, pelo comandante do navio Sotavento no Mar de Alcatraz, a 16 milhas do farol do mesmo nome, mas ao avistarem o navio puseram-se em fuga.

Ao ver esses irmãos do Senegal, Gana e Guiné Conacry em estado de “quase morto” as gentes do Fogo mostraram a sua solidariedade, carregando-lhes às costas, oferecendo-lhes roupas, conforto e comida.

As autoridades locais comandadas pela Câmara Municipal dos Mosteiros “não tiveram mãos a medir no que consideraram um drama humanitário, fruto das desigualdades deste mundo em que vivemos”.

Os clandestinos são naturais do Senegal, Gana e Guiné-Conacry, e pretendiam chegar a Espanha. Mas depois de viajarem durante 14 dias acabaram no sul de Cabo Verde, muito longe da rota que tinham inicialmente traçado.

Agora estão na Esquadra Eugénio Lima, na Cidade da Praia, à espera de serem repatriados para os seus países de origem.

Essa questão humanitária põe mais uma vez a nu a vulnerabilidade das nossas fronteiras marítimas. Pior a falta de controlo de Cabo Verde sobre as suas águas territoriais.

Luxemburgo quer integrar emigrantes cabo-verdianos

Os governos de Cabo Verde e Luxemburgo criaram, esta semana, um grupo de trabalho que deverá actuar no apoio à reintegração familiar e inserção escolar dos emigrantes cabo-verdianos naquele Grão-Ducado. Este é o resultado de uma visita de três dias a Cabo Verde do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros e da Emigração, Nicolas Schmit, e da Ministra da Educação Nacional e Formação Profissional, Mady Delvaux.

A missão reuniu-se com vários membros do Governo para discutir a situação dos cabo-verdianos no Luxemburgo, mas também para perspectivar o reforço da cooperação existente entre os dois países. O grupo de trabalho deverá fazer o acompanhamento da evolução da comunidade cabo-verdiana no Luxemburgo para prevenir e abordar, “com equilíbrio”, eventuais perturbações e ajudar na definição de soluções para o bem-estar e a plena integração dos emigrantes.

De acordo com o ministro Victor Borges, cabe ao grupo “velar pelo reagrupamento familiar, educação e formação para a cidadania dos cabo-verdianos residentes no Luxemburgo”. Ainda segundo Borges, “a melhor forma dos emigrantes ajudarem



aproveitamento escolar.

O grupo de trabalho tem também a tarefa de procurar a equivalência entre os sistemas de ensino dos dois países e criar condições para que os filhos dos cabo-verdianos, ao chegarem ao Luxemburgo, possam aprender a língua. Uma aposta importante para que possam conquistar a “plena integração escolar”.

O diálogo político e a cooperação pró-desenvolvimento também foram reforçados durante essa visita. Neste capítulo, o Luxemburgo prometeu continuar com o apoio Cabo Verde na fase de transição em que vive, sobretudo nos sectores da educação, saúde, formação profissional, água, energia e saneamento.

O Grão-Ducado do Luxemburgo, recorde-se, acolhe uma grande comunidade de cabo-verdianos. Recentemente abriu uma embaixada na Cidade da Praia, que permite o reforço da cooperação entre os dois países, facilitando assim a organização e tratamento dos pedidos de visto e o seguimento dos projectos de desenvolvimento financiados por aquele país europeu.

Cabo Verde é sendo bons cidadãos nos países de acolhimento”.

O vice-ministro luxemburguês dos Negócios Estrangeiros e da Imigração, Nicholas Schmit, prometeu “fazer tudo para conseguir a reinserção social e familiar dos emigrantes, principalmente a integração dos jovens no mercado de trabalho”. Schmit avançou, igualmente, a intenção de adoptar medidas urgentes para que jovens e crianças descendentes de cabo-verdianos tenham um melhor

Estudante do ISE morta por ex-marido

Uma jovem de 21 anos foi assassinada dentro do Instituto Superior de Educação (ISE) pelo seu ex-marido. Carla Sofia, estudante de Filosofia e funcionária do ISE, levou dois tiros no lado esquerdo da cabeça, terça-feira à noite, quando ainda se encontrava de serviço.

O crime, segundo o comandante-adjunto da Esquadra de Palmarejo, Francisco Vieira, aconteceu por volta das 19 horas. Carla Sofia ainda estava no trabalho quando foi abordada pelo ex-marido. Depois de muita discussão, Zédi terá atirado contra a ex-companheira, atingindo-a na cabeça por duas vezes.

Zédi, pedreiro de 26 anos, entregou-se à polícia logo após ter cometido o crime. A vítima foi socorrida pelo serviço de Piquete da Polícia Nacional (PN) ainda com vida, mas veio a falecer por volta das 22 horas no Hospital Agostinho Neto. Carla foi a enterrar na quarta-feira à tarde.

Brigas e muitas discussões podem estar na origem do crime, como deu a entender o agressor, no seu depoimento à polícia: “Zédi disse que os dois moravam juntos e que brigavam muito. Carla

saiu de casa levando todos os móveis da casa. Por isso se desentenderam”, relata o comandante-adjunto.

Uma prima da vítima contou ao **A Semana** que Carla mudou-se há menos de um mês para a casa de uma tia em Fonton. Mas o ex-companheiro “não aceitou a separação e começou a persegui-la”. Segundo a nossa fonte, na véspera da fatalidade “a vítima apresentou uma queixa contra Zédi, mas a polícia limitou-se a aconselhar os dois”.

Esta familiar da vítima lamentando a morte de Carla diz que “ela teve o mesmo destino da mãe”, que foi assassinada há quase três meses, na ilha do Fogo, pelo próprio marido (pai de Carla). Zédi e Carla viviam juntos há mais de cinco anos e tinham uma filha de três.

A arma do crime - uma pistola de 6,35mm e com quatro balas - foi adquirida para consumir o acto. A polícia ainda não sabe de onde veio a arma.

Até ao fecho desta edição, o suposto assassino encontrava-se preso na Esquadra da Fazenda, onde aguardava para ser apresentado ao Tribunal da Comarca da Praia.

JP



A propósito da independência

Há datas que marcam a vida de uma nação inteira e que, por isso, são para ser celebradas e recordadas. A independência nacional é, em qualquer parte do globo, uma destas datas. Da mesma forma, os méritos e deméritos são para ser dados a quem deles seja digno. Portanto, os impulsionadores de movimentos que levam a acontecimentos marcantes, como o da independência, da instauração da democracia, entre outros, devem ser recordados, agradecidos e enaltecidos. Sim, devem sê-lo sim.

Os cidadãos cabo-verdianos atentos aos acontecimentos deste país terão acompanhado, através dos órgãos de Comunicação Social nacionais, os discursos políticos proferidos aquando da comemoração do 32º aniversário da independência do nosso arquipélago. De igual modo, aqueles que são críticos não-de convir comigo de que há políticos cabo-verdianos que pensam e querem tirar dividendos eleitorais de tudo e mais

alguma coisa. Por isso, alguns exaltam a sua obra e menosprezam a dos outros. Só que não se lembram de que a nação não é singular: ela é resultado de um conjunto de pessoas que, acima de tudo, prosseguem um destino comum.

Imagine-se lá que alguém tenha a cara, e vergonha nela que chegue, para menosprezar a independência. É incrível e inaceitável que um cidadão cabo-verdiano, não importa de que cor política seja, não se sinta orgulhoso de ser independente. Aqui não importa o quem, importa sim o quê, que neste caso é a liberdade, é a independência, a autonomia e a soberania. Mas parece que alguns prefeririam ser colonizados do que ser libertados por certas correntes políticas.

O que quererá dizer o facto de alguns quererem comemorar o 13 de Janeiro a 5 de Julho, ou vice-versa? Não é estranho alguém confundir estas duas datas? Se sim, qual a razão de alguns elegerem o dia da independência para falarem noutra,

que só a seguir a ela aconteceu e cuja comemoração já foi feita?

É preciso saber ser sério. É preciso saber jogar limpo. É preciso saber reconhecer os factos. É preciso tudo isso e é também preciso que palavras como seriedade, responsabilidade, honestidade e verdade sejam introduzidas nos dicionários de certos políticos cabo-verdianos. Se isso não acontece, essa gente, que só sabe fazer uso da gente, não muda de comportamento nunca.

E que ninguém pense que se esteja com este artigo a criticar uns e a defender outros.

É também sabido que alguns fazem das datas suas pertenças e dos acontecimentos seus rótulos. Tanto a independência como a democracia devem ser a marca e a vitória de um povo e não de um aglomerado político. É imprescindível saber distinguir as coisas e saber dar a Deus o que é de Deus e ao César o que é de César.

Com isso vale afirmar que cada data deve ser comemorada a seu tempo e que as datas que são comuns aos cidadãos, não devem ser cultivadas por uns e desprezadas por outros. Apetece dizer ainda que as comemorações destas datas não podem ser negadas ao cidadão comum. Afinal, não é para o povo que lutam os heróis? Não é a bem do povo que os políticos trabalham? Se for, aceitem a minha sugestão: não façam uso abusivo do ethos para, através do pathos, conquistarem os eleitores. Façam por merecer e exijam o que merecem. Ou seja, trabalhem para o desenvolvimento do país, defendam as causas da gente desta terra, representem com dignidade os cidadãos e exijam deles que correspondam com votos. Esvaziem os vossos discursos de palavras poéticas (patéticas) e sejam claros, concisos e honestamente convincentes.

Faço votos que assim seja.

Ámen.
Nelson Pires.
nelsonpires36@gmail.com

EDUCAÇÃO EM QUEDA LIVRE

Cabo Verde tem-se caracterizado pelo fantástico relevo que atribui à formação. Famílias humildes lutam estoicamente para manter os filhos nas escolas e, apesar do afunilamento natural que se verifica à medida que vai aumentando o nível de escolaridade, é um facto - somos uma sociedade que investe cada vez mais na formação profissional dos seus membros e, ano após ano, há um acréscimo notório de Srs. Drs. forjados no seio dos nossos estabelecimentos de ensino.

Quanto à nossa educação formal, académica (deixando de lado questões polémicas como as de dignificação da classe docente) temos feito visíveis progressos e podemos contar com a cumplicidade estatística para corroborar essa percepção. Existe uma unanimidade no que concerne ao espaço eleito para essa transmissão de saber - as escolas.

Ao resolvermos a questão de transmissão técnica de conhecimentos e a da escola ser um importante veículo de inserção do indivíduo no mundo laboral, olvida-se outra, incomodativa e, a meu ver, muito mais séria que é a de identificar os outros agentes de socialização existentes na nossa sociedade e, mais especificamente, os que transmitem a educação informal aos nossos jovens. Qual o agente social que lhes faculta valores morais? Com quem os nossos jovens aprendem a ser solidários, a respeitar as instituições, a obedecer a normas sociais, a cooperar com o próximo, a valorizar a justiça, o trabalho honesto, o meio ambiente e outros preceitos cruciais para a manutenção da sua espécie? Quem é que educa? Onde é que eles aprendem a ser humanos?

O primeiro agente socializador da criança é, inevitavelmente, a família, que tem um papel vital na sua inserção / adaptação na vida social. É no universo familiar que a criança começa a libertar-se da teia zoológica que envolve a sua natureza aprendendo regras básicas da linguagem, de vestir, comer, higiene pessoal, assim como parâmetros de distinção entre o bem e o mal, o certo e o errado. Após esse processo obrigatório denominado de socialização primária, o indivíduo gradualmente é introduzido noutras esferas do social (entre as quais a escola) abrindo caminho para a aquisição de outras competências e de conhecimentos mais especializados - socialização secundária.

Parte-se do princípio que a formação moral e social do indivíduo se faça no seio da família.

Quando a instituição familiar mostra-se falível, despreparada, em que as crianças se encontram expostas a modelos de socialização contraditórios e a um ambiente de crescente instabilidade familiar, e até de desresponsabilização

por parte dos seus progenitores, o processo de formação moral, de assimilação de valores fica automaticamente condenado ao fracasso.

Essa "deficiência", como uma bola de neve, será transportada para novas esferas da vida social em que a escola disposta a receber seres - à partida já educados -, e apta a transmitir novos ensinamentos, vê-se confrontada com desafios para os quais que, não estando preparada de raiz, se debate à procura de soluções.

Enquanto a educação moral e a formação de carácter não se tomarem alvo de debate a nível nacional, não se tornar uma preocupação de toda a sociedade, e se delinear estratégias enérgicas e rigorosas no sentido de incutir ordem, disciplina e responsabilidade aos seus membros, retrocederemos a passos largos a nível civilizacional e comportamentos socialmente condenáveis, devido à sua constante vulgarização, serão acolhidos com naturalidade por todos (já repararam como nada nos escandaliza?)

Isso é facilmente verificável se tivermos em conta que em Cabo Verde cada vez mais, comportamentos outrora reservados aos "bastidores da vida social" hoje são públicos sem quaisquer danos nem pressões para os prevaricadores. A prática de urinar nas ruas ou de andar aos berros de madrugada, o vandalismo gratuito e provocatório aos bens públicos, é um claro sintoma do nosso atrofamento moral mas constitui, infelizmente, apenas a ponta do iceberg da degradação de conduta.

O modelo de valores morais herdados pelos nossos pais cedo tornou-se esclerosado, desajustado à dinâmica dos novos tempos e o desmoronamento desses modelos tradicionais deu lugar a um buraco, a um assustador vazio em que a nossa sociedade não encontrou argumentos para impor um novo modelo de conduta.

Temos uma sociedade cada vez mais letrada, mais apta para a produção eficiente de bens, mas completamente desnorteada, predadora, auto-centrada, sem referências nem princípios, o que ameaça, seriamente, a dignidade e a sustentabilidade da espécie humana.

Fernando Savater na obra "O valor de Educar" chama a atenção para o facto de "se os pais não ajudarem os filhos, com a sua autoridade amorosa, a crescer e preparar-se para ser adultos, serão as instituições públicas que se verão obrigadas a impor-lhes o princípio da realidade, não com afecto mas pela força. Ora acontece que deste modo só conseguiremos ter velhas crianças revoltadas, não cidadãos adultos livres."

No nosso caso, a tibieza do Estado, a ineficiência da autoridade, a deficiente articulação de competências por parte das instituições, e a convivência perante

as violações de normas de conduta por parte das entidades competentes, alimenta a percepção de total impunidade aos cidadãos o que traduz o facto de, se a autoridade não for facultada no ambiente dos afectos (família) também dificilmente as instituições públicas possuem a capacidade (força) necessária para os travar.

De momento, a nossa estabilidade social faz-se não pela tolerância / subordinação dos infractores às normas (supostamente impostas), nem pela pressão / controlo social de que deveriam ser alvos (e nunca são), tão-pouco pela actuação dos que possuem legitimidade para punir e não o fazem. A nossa paz social deve-se principalmente à forma serena com que os cidadãos dispostos a acatar as leis, e confiantes na força social de determinados valores, presenciaram, pacificamente, a violação dos seus direitos.

Suporta-se com benevolência a crónica ausência de soluções (incompetência / má formação), o vazio de autoridade das nossas instituições, até quando? Se os representantes e as instituições de um Estado soberano e democrático se mostrarem inaptos para cumprir com as suas obrigações, que alternativas restam aos cidadãos? Recorrer a instâncias internacionais? Pedir exílio político (alegando abusiva violação dos seus direitos elementares) ou (a saída mais perigosa e menos desejável) fazer justiça com as suas próprias mãos?

Se apostarmos na formação moral da nossa sociedade, se abandonarmos essa arrogância com que nos colocamos perante as normas sociais, se não nos sentirmos tão ameaçados pelos limites que o viver em sociedade inevitavelmente impõe a todos os seus membros, teremos por certo, uma maior transparência política com menos corrupção, menos fugas e evasões fiscais, mais civismo, menos violência e um maior respeito pelas instituições políticas, económicas, religiosas e sociais. Resta é saber se estaremos, sinceramente, interessados nisso.

Antónia Mósso Santos

Saía e Saia

A primeira é um verbo e a segunda um substantivo comum. Duas palavras quase iguais, mas com significado diferentes.

João, mal saía, cruzava-se com uma saia, mas esta falava, ouvia e discutia. Tratava-se duma mulher. Ela tinha por hábito vender cigarros a mando dum industrial de tabaco, esse mal que engana imensa gente inteligente e ignorante. Realmente, sabendo as pessoas que fumar faz mal em todos os sentidos da palavra, só fuma quem é ignorante ou finge sê-lo.

Digo isto, porque há médicos que, aconselhando os consulentes a não fumarem, por sua vez, fazem-no.

Eles sabem que o cancro e outras doenças incuráveis, derivam do maldito cigarro, se lhes chamar ignorantes, justificam-se.

Todavia, um médico que tanto estudou, não é verdadeiramente um ignorante, mas sim um viciado.

Sabendo que, do tabaco se extrai a nicotina que é um dos mais violentos venenos, é de se estranhar que certas personalidades e cientistas como os médicos e outras se familiarizem com o célebre tabaco que mata, por ano e em todo o mundo, milhões de criaturas humanas.

A tal saia chamava-se Zuilda que, mais tarde, trocou o emprego por outro - vendedeira de aguardente.

Afinal, ficou com um emprego semelhante, visto que trata-se da venda de uma bebida alcoólica que vitima também milhões. Ela nasceu e foi criada, sem o querer, para dar cabo da humanidade.

Quando Zuilda se apercebeu do mau caminho em que se metia, a fim de poder ganhar a vida, mudou de facto o seu modus vivendi. É, agora, uma irmã de caridade e passou a residir numa vivenda de religiosas, onde só se pratica o bem.

O João também, mais tarde, deixou de se cruzar com saias de quem não gostava, exceptuando a mãe e as irmãs.

Eis um alerta para os que fumam e usam, em excesso, bebidas alcoólicas:

O tabagismo e o álcool são veículos cuja missão é conduzir para a morte.

Firmo Pinto

Sexta-feira, 20 de Julho de 2007

Carta do Leitor
asemana

SECTOR DO LOTO	
Concurso N°2007/28 de 15 de Julho de 2007	
TOTOLOTO Números Extraídos: 18 - 24 - 26 - 41 - 43 - 49	JOKER Número Premiado: 911524
1.º Prémio.....6.950.610,00.....0.....(JACKPOT)	1.º Prémio.....1.454.423,50.....0.....(JACKPOT)
2.º Prémio.....386.178,80.....13.....29.706	2.º Prémio.....150.167,30.....0.....(JACKPOT)
3.º Prémio.....579.268,20.....208.....2.784	3.º Prémio.....115.247,25.....4.....28.811
	4.º Prémio.....192.078,75.....30.....6.402
Previsão para esta semana (Concurso n° 29 de 22-07-07)	
TOTOLOTO	JOKER
8 000 000\$00	1 900 000\$00
Pode ser esta a semana da sua sorte. JOGUE!	